|  |
| --- |
| **AUDIÊNCIA PÚBLICA**  **PRESIDENTE PRUDENTE**  **COMISSÃO DA VERDADE**  **PRESIDENTE**  **DEPUTADO ADRIANO DIOGO - PT**  **07/04/2014** |

**COMISSÃO DA VERDADE**

**BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA**

**07/04/2014**

**O SR. –** Senhoras e senhores, boa noite. Neste momento, damos início à solenidade de abertura da jornada de atividades “Golpe Militar: 50 Anos – Memória, História e Direitos Humanos”, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, campus de Presidente Prudente. Este evento faz parte do conjunto de atividades desenvolvidas na UNESP sob a coordenação do Observatório de Educação e Direitos Humanos do Centro de Documentação e Memória da UNESP – CEDEM, e do Memorial da Resistência de São Paulo.

Em Presidente Prudente, o evento conta com o apoio da direção dessa Faculdade, dos Departamentos de Geografia e de Educação, da ADUNESP seção local, do grupo de pesquisa Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CEGET, e Núcleos de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. Também do Centro de Memória e Hemeroteca Sindical Florestan Fernandes – CEMOSE, do Diretório Acadêmico, e com o empenho e dedicação de professores, pesquisadores, funcionários e estudantes de graduação e pós-graduação de diversos cursos.

Passados 50 anos do Golpe Militar de 1964, que impôs um regime ditatorial durante 21 longos anos, o Brasil ainda não se recuperou totalmente. Perdão. Não recuperou totalmente essa história ocultada e nem seu legado cultural de autoritarismo e violência que persiste em muitos setores do Estado brasileiro. Com diversas iniciativas de órgãos governamentais, como a Comissão Nacional da Verdade e da sociedade civil, a nação vem resgatando e reescrevendo oficialmente essa página infeliz da nossa história, para que isso nunca mais aconteça em nosso país.

Nesse sentido, a coordenação do evento na Faculdade de Ciências e Tecnologia, organizou uma série de atividades que vêm se desenvolvendo desde o dia 17 de março, e que culmina nessa semana de 7 a 11 de abril, com uma Audiência Pública, Mesas temáticas e apresentação de atividades culturais.

Este evento tem por objetivo proporcionar à população em geral, e em especial às novas gerações, um momento de reflexão sobre a memória da resistência política, contra a violência estatal que deixou milhares de vítimas e uma herança cultural de arbítrio e violações dos direitos humanos individuais e coletivos.

Convidamos agora para compor a Mesa coordenadora do evento, o professor Dr. Marcelo Messias, diretor da Faculdade de Ciências e Tecnologia, o professor Dr. José Tadeu Garcia Tommazelli, chefe do Departamento de Geografia, e o professor Dr. Ricardo Pires de Paula, coordenador do curso de Geografia.

Nós convidamos a todos agora para que de pé celebrem a execução do Hino Nacional.

\*\*\*

- É feita a execução do Hino Nacional.

\*\*\*

**O SR. –** Anunciamos a palavra do Dr. Marcelo Messias, para que proceda à abertura do evento.

**O PROF. DR. MARCELO MESSIAS –** Boa noite a todos. Os colegas componentes da Mesa, professor Ricardo, professor Tadeu, queridos alunos, professores, servidores da FCT, visitantes de fora da universidade. Em nome da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, campus de Presidente Prudente, eu gostaria de dar as boas-vindas a todos os participantes desse evento: Golpe Militar: 50 Anos – Memória, História e Direitos Humanos.

Eu acredito que existem acontecimentos ou fatos históricos que a gente procura lembrar e relembrar pela sua importância e pelo bem que fizeram à nação. E a gente comemora esses acontecimentos, como a independência de um país, a proclamação da república, abolição da escravatura. E existem outros acontecimentos que a gente procura lembrar e relembrar para garantir que eles nunca mais voltem a acontecer.

Eu acho que esse é um dos objetivos desse evento aqui. Nós estamos relembrando esse Golpe Militar, fazendo 50 anos hoje, pra que a gente possa garantir, ter a certeza que esses acontecimentos não voltem a ocorrer no nosso país, porque eles trouxeram muita dor, muito sofrimento para o povo, para a nação brasileira.

E nesse sentido eu gostaria de parabenizar a comissão organizadora em nome do professor Ricardo pelo empenho que eles estão tendo aí desde o dia 17 de março, fazendo eventos não só aqui em Prudente, mas também aqui na região, exposições, para relembrar este fato. E agradeço também e parabenizo os outros componentes da comissão organizadora, e gostaria de desejar a todos que tenham bons dias aqui de reflexão, de crítica, e possam alertar a população, a nossa comunidade aqui da Faculdade, para esses acontecimentos que nós tivemos.

Então, desejo a todos uma boa semana, que aproveitem bem este evento e todos os eventos que ainda estão sendo feitos não só aqui, mas também por todo o país. Então, desejo a todos uma boa semana. Boa noite a todos. (Palmas.)

**O SR. –** Passamos agora a palavra ao professor Dr. José Tadeu Garcia Tommazelli.

**O SR. TADEU GARCIA TOMMAZELLI –** Boa noite a todos e todas. Antes de mais nada eu gostaria de, manifestar aqui os cumprimentos ao pessoal que organizou o evento, especialmente coordenados pelo professor Ricardo. É muito bom a gente ver projetos desse acontecer. A gente olha aqui nas paredes, eu vi uma série de imagens que povoaram a nossa juventude.. Eu particularmente, olhando aquele quadro ali tenho muito daquelas imagens que fizeram parte da minha história, batalhas que a gente viu acontecer no desenvolver desses 50 anos.

É um testemunho também que a gente está ficando velho, mas o que é mais importante e fundamental, e o Ricardo sabe isso melhor do que qualquer um de nós, é a importância desse evento, o registro histórico pra nova geração. Mostrar para a nova geração o que foi aquele momento, e embora com todos os problemas que nós temos hoje atualmente no nosso país, nós estamos vivendo um momento que a gente pode sentar, manifestar, brigar, expor, discutir, o que naquela nossa época era um pouco difícil de se fazer. Havia uma ideia dominante e era ela que prevalecia. Não se aceitava discussões e nem se colocava isso na mesa.

Então, eu acho que hoje nós vamos recordar isso. É importante, não como luto, mas necessariamente como uma lembrança que deve ficar na história e uma mancha na nossa história que a gente sempre tem que lembrar e sempre frisar. Porque a gente tem visto aí nas últimas manifestações, algumas coisas aterradoras. Eu classifico como aterradoras você entrar no Facebook e ver alguém manifestar interesse em que se retorne àquele regime, quem não viveu ele e fala uma besteira dessa tão grande.

Então, é bom essa nova geração conhecer com pequenos depoimentos que a gente vai ver aqui durante essa semana, avaliar como isso influenciou a nossa vida e como que é importante esse momento que a gente está vivendo, como isso custou muitas lutas e muitas vidas. Pelo incrível que pareça eu acho que isso deve ser sempre lembrado.

Particularmente acho que era só isso que eu tinha a dizer. (Palmas.)

**O SR. –** Passamos agora a palavra para o professor Dr. Ricardo Pires de Paula.

**O PROFESSOR DR. RICARDO PIRES DE PAULA –** Bom, boa noite. Para nós é uma grata satisfação contar com o apoio da direção dessa Faculdade, do Departamento de Geografia, do Departamento de Educação, contar com o efetivo apoio dos estudantes de graduação e pós-graduação que vêm desde o dia 17 de março participando dessa atividade formativa, pois se trata disso. É algo que a gente quer lembrar para que nunca mais aconteça, mas ao mesmo tempo a gente quer mostrar o porquê que não deve acontecer.

E desde o dia 17 de março, nós temos feito um trabalho de divulgação com exposições, com visitas às escolas públicas e mesmo particulares, ao Instituto Federal e Epitácio. Vimos de uma trajetória nos últimos dias de intensa correria, para fazer com que mais e mais pessoas sejam ou fossem sensibilizadas para estarem presentes nos dias que começamos hoje com essa Audiência Pública que em poucos deve ter início, e com as reflexões e depoimentos que serão trazidos a público aqui por essas pessoas que viveram esse período trágico da nossa história.

Então, nesse sentido quero saudar a todos, quero lembrar que junto à comissão organizadora, além de mim, é a professora Paula Vernetti, a Daiane Garcia que é a arquivista do CEMOSE, o professor Divino, do Departamento de Educação, e os alunos que se eu fosse nomear aqui todos que tiveram aí um empenho decisivo para que isso pudesse acontecer...

Então, saudar também os convidados, aqueles que nunca vieram à FCT, a estudantes de escolas públicas que estão presentes aqui hoje. E que vocês participem ativamente dos outros dias para conhecer um pouco dessa história. É isso, boa noite. (Palmas.)

**O SR. –** Solicitamos agora que os membros da Mesa coordenadora tomem acento à plateia.

Na sequência, nós convidamos o presidente da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, o deputado estadual Adriano Diogo, a compor a Mesa que irá coordenar os trabalhos da Audiência Pública sobre Repressão no Campo. Convidamos o Senhor Gabriel da Silva Teixeira, integrante do Grupo de Trabalho sobre Repressão no Campo da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. Convidamos a Senhora Tainá Bezerra de Carvalho, integrante do Levante Popular da Juventude. Convidamos o sr. Renoir Gertrudes Parren, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

E reforçamos o convite a todos, que participem das atividades previstas nos próximos quatro dias, e desejamos aos presentes um bom debate.

(começa o segundo áudio, exatamente nesse ponto)

**O SR. RENOIR GERTRUDES PARREN** **–** ... é um trabalho duro lá em Andradina. (ininteligível) a ditadura militar assim é, vamos dizer, cortou tudo no movimento social organizado, sabe. Então, ele também ficou uns dez anos aí, vamos dizer, antes da Lei da Anistia, ele ficou um tempão lá em Andradina. Então, foi um período também que nós sentimos aí essa realidade do país. Eu acho que nós temos que tirar o principal disso daí. Primeiro nós temos que esclarecer aí, vamos dizer assim, os desaparecidos, as famílias têm direito a isso, a nação tem direito a isso daí.

Eu acho que nós temos sem dúvida, como a Amelinha aqui já falou também, vamos dizer, a violência, a banalização da violência hoje, por parte da polícia militar. Eu acho que nós temos que lutar hoje, assim também, é contra projetos no Congresso de uma Lei Antiterror, vamos dizer assim, contra a garantia da segurança, da ordem e não sei o que, tudo isso que está sendo confiado aí para defender esse tipo de coisa, assim, manter assim figura do tempo da ditadura militar quando se dizia assim: “É, o inimigo é interno”. Nós temos que, assim, armar contra o inimigo interno que está por todo o lado no (ininteligível), é o tipo de coisa que nós lutamos até hoje.

Nós temos que lutar contra isso do aí, tomar posição no aí (ininteligível) e que nunca mais volte essa história de ditadura no nosso país. Ditadura nunca mais! Então, temos que construir juntos, assim, um Brasil diferente, mais igualitário, mais justo, ditadura nunca mais! Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Pessoal, boa noite. Eu queria agradecer o convite aqui da UNESP, e queria dizer o seguinte: hoje é dia 7 de abril de 2014. Então, eu vou fazer uma sugestão. Como nós vimos a cerimônia aqui hoje, nós cantamos o Hino Nacional. Foi uma coisa bonita, os professores, e nós vamos falar da Comissão da Verdade... Então, nós descobrimos uma gravação que foi feita há 50 anos atrás, mas ela está perfeita. É uma das últimas gravações que o deputado Rubens Paiva fez quando ele estava vivo, antes dos militares terem-no matado.

Eu gostaria de ter aberto a cerimônia com ouvindo o Rubens Paiva, pedindo para vocês ficarem de pé, porque o Hino Nacional serviu para acobertar muitas mortes, muitos assassinatos. Durante o regime militar, 470 pessoas foram mortas no Brasil por oposição política, sem o que o padre Rene falou aqui, dos índios, dos camponeses, esses nós nunca vamos saber. Talvez a gente possa começar agora a fazer uma contabilidade.

Mas sem mais delongas, nós conseguimos recuperar a gravação na madrugada do golpe. O Golpe começou dia 31, e ele apareceu com toda a sua força no dia 1º de abril. Então, com a palavra o deputado Rubens Paiva.

\*\*\*

- Inicia-se a apresentação da gravação.

**Locutor –** (ininteligível) pela Rádio Nacional de São Paulo e em Brasília pela Rádio Nacional do Distrito Federal, (ininteligível) para todas as emissoras do interior, as quais inclusive pediríamos a gentileza de regravar enviando os seus prefixos para que pudéssemos mencioná-los aqui.

Senhoras e senhores, convidamos para essa série de depoimentos ao microfone da Radio Nacional do Rio de Janeiro, nessa madrugada de 1º de abril vamos trazer o deputado Rubens Paiva, representante do estado de São Paulo no Congresso Nacional:

**Deputado Rubens Paiva –** Meus patrícios, me dirijo especialmente a todos os trabalhadores, a todos os estudantes e a todo o povo de São Paulo, tão infelicitado por esse governo fascista e golpista, que neste momento vem traindo o seu mandato, se pondo ao lado das forças da reação.

Desejo conclamar todos os trabalhadores de São Paulo, todos os trabalhadores portuários e metalúrgicos da Baixada Santista, de Santos, da capital e da cidade industriária de São Paulo em especial, todos os universitários, que se unam em torno de seus órgãos representativos, obedecendo a palavra de ordem do Comando Geral dos Trabalhadores, do Fórum Sindical de Debates, dos Sindicatos, da União Nacional dos Estudantes, das Uniões Estaduais e dos Grêmios estudantis, para que todos, em greve geral, deem a sua solidariedade integral, dada a gravidade que agora representa o presidente João Goulart.

O nosso presidente, ao tomar as medidas tão reclamadas por nosso povo, medidas que nos conduzirão indiscutivelmente à nossa emancipação política e econômica definitiva, realmente prejudicou os interesses de uma pequena minoria de nossa terra, uma pequena minoria, entretanto, que detém o poder, todo o poder econômico deste país, todos os órgãos de divulgação, os jornais e as estações de televisão.

É indispensável, portanto, que todo o povo brasileiro, os trabalhadores e os estudantes de São Paulo em especial, estejam atentos às palavras de ordens que emanarem aqui da Rádio Nacional e de todas as outras rádios que estejam integradas nessa cadeia de legalidade.

Julgamos indispensável que todo o povo se mobilize tranquila e ordeiramente, em defesa da legalidade prestigiando a ação reformista do presidente João Goulart, que neste momento está com o seu governo empenhado em atender a todas as legítimas reivindicações do nosso povo. É indispensável que se processe de uma vez por todas a divisão da riqueza brasileira entre todos os seus habitantes. Não é possível que nós tenhamos marginalizados mais da metade dos habitantes desse país, mais da metade dos habitantes do Brasil, sem condições de trabalho, sem saber de manhã para que local se dirigir para ganhar o seu pão e alimentar a sua família.

É uma estrutura de reforma, é exatamente com as medidas preconizadas pelo governo federal que teremos condições realmente de integrar todos os brasileiros nesse processo. E com isso lucram os trabalhadores, que terão maiores condições de emprego. E com isso lucram os industriais, que terão a quem vender os seus produtos. E com isso lucram os comerciantes e toda a população desse país.

O que se diz que o governo quer acabar com o direito de propriedade, estabelecer o confisco de tudo que existe como propriedade privada é uma grande mentira, uma grande farsa. O que se pretende realmente, trabalhadores e estudantes de São Paulo, é tornar esse governo incompatibilizado com a opinião pública sob uma onda de mentira e uma imagem deformada. O presidente João Goulart em suas reformas visa tão somente dar ao povo brasileiro uma participação na riqueza desse país.

Esse momento nacional é um momento decisivo em que o povo brasileiro pode ter a felicidade de ver realizada toda a sua revolução dentro do processo da legalidade democrática, prestigiando o presidente da República e esta legalidade. É indispensável, entretanto, para isso, que o presidente e o governo contem com toda a mobilização da opinião pública, todos os trabalhadores, todos os estudantes, os intelectuais e o povo em geral, para que pacífica e ordeiramente digam um não e um basta a estes golpistas que preferem cada vez mais prestigiar a pequena minoria privilegiada.

Está lançada inteiramente para todo o país o desafio. De um lado a maioria do povo brasileiro, desejando as reformas e desejando que a riqueza se distribua, ao lado da legalidade da presidência de João Goulart. Os outros são os golpistas, que devem ser repelidos desta vez, definitivamente, para que o nosso país veja realmente o momento da sua libertação raiar. Muito obrigado.

**Locutor –** Vemos assim a declaração do deputado Rubens Paiva, do PTB de São Paulo. (Palmas.)

\*\*\*

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Vamos lá. Na minha breve intervenção, que eu preparei, padre Rene falou, pelo menos umas 20 vezes a palavra Andradina, Andradina, Andradina. Pois, vocês vão saber a origem dessa palavra Andradina.

Por que a cidade de Andradina tem esse nome? Eu queria ver se vocês localizavam, vê se acha o vídeo da Anistia. Tiveram duas pessoas no estado de São Paulo que participaram ativamente da deposição de João Goulart. Um se chamou Auro de Moura Andrade, Auro de Moura Andrade, o segundo foi (ininteligível) Macedo. Eles, a pedido dos generais, mesmo com o presidente João Goulart no país declararam a Presidência da República vaga e empossaram o general Castelo Branco.

Se der para localizar, vocês vão ver a imagem de Anistia – 30 Anos. É um vídeo da Comissão Nacional de Anistia. Por que que esse senhor deu o seu nome para Andradina? Vou tentar dizer radinho para que tenha mais agilidade essa fala. Essa região, chamada região do Pontal do Paranapanema, quase ia de Presidente Prudente para o Paraná e para Mato Grosso é o maior estoque de terras públicas do Brasil, chamadas Terras Devolutas da União. Pois bem, para que serviu o Golpe de 1964, e qual foi o papel do senhor Auro de Moura Andrade?

O papel do senhor Auro de Moura Andrade foi tirar todos, todos os camponeses, os índios, que moravam nessas barrancas do Paraná, e transferir essa terra para os latifundiários. Foi aí que nasceu a UDR, foi aí que nasceu o processo do maior genocídio dos índios e camponeses da região Sul, a pedido do senhor Auro de Moura Andrade.

Então, vai passar esse pequeno vídeo, só a introdução, porque ele é longo, e vocês vão entender. Vai aparecer esse senhor Auro de Moura Andrade e vocês vão entender como é que, porque esse Golpe foi dado. Porque as pessoas falam: “golpe militar, golpe militar”. Não. Foi um golpe civil-militar, um golpe empresarial-militar, e esse Auro de Moura Andrade foi um dos maiores assassinos do povo brasileiro.

\*\*\*

- É feita a apresentação do vídeo.

**\*\*\***

**A SRA. –** *A nação brasileira despertou dividida na manhã do dia 1º de abril de 1964. Ouvidos atentos ao rádio que anunciava em sucessivas edições extraordinárias: “o governo do presidente João Goulart fora deposto pelas forças armadas”. Apoiadas por setores sociais conservadores que se opunham às reformas de base defendidas pelo presidente da República e pelos setores populares do país, tropas do Exército deram um golpe de Estado.*

*Desencadearam violenta repressão contra entidades populares, incendiaram a sede da UNE, rompera-se o Estado de Direito estabelecido pela Constituição de 1946.*

**O SR. –** *“Se existe terrorismo, o terrorismo foi implantado pela ditadura militar em 1º de abril de 1964.”*

*O presidente da República legitimamente eleito foi forçado a exilar-se. Generais e seus aliados civis usurparam o poder, violaram a constituição e atribuíram-se a legitimidade da boca dos canhões.*

**O SR. -** *“Caminharemos para frente com a segurança de que o remédio para os malefícios da extrema Esquerda não será o nascimento de uma Direita reacionária.”*

**A SRA. –** *Baixaram o primeiro Ato Institucional para investigar e punir os inimigos do novo regime, criaram as comissões gerais de inquérito e instauraram os inquéritos policiais-militares, fecharam o Congresso, cassaram os mandatos dos parlamentares opositores e extinguiram os partidos políticos. Em sete meses, produziram mais de 500 intervenções em sindicatos de trabalhadores, seus dirigentes foram destituídos, presos, torturados ou forçados ao exílio. As Ligas Camponesas foram desmanteladas, seus líderes perseguidos, presos ou mortos.*

*Mil novecentos e sessenta e oito, a juventude brasileira ocupou as ruas do país, a escrever nos muros a palavras “liberdade”, e clamar com seus artistas e cidadãos comuns: Abaixo a ditadura.*

*Em abril, a repressão assassinou o estudante Edson Luís. Milhares de pessoas acompanharam o enterro dele. A missa de 7º dia foi violentamente reprimida por policiais. Em maio, a passeata dos 100 mil inundou o centro do Rio e deu voz à indignação dos brasileiros contra a violência do regime.*

**O SR. -** *“A gente precisa ficar sabendo de uma vez por todas que eles sempre vão apelar para a violência e ai de nós se nós não nos prepararmos para essa violência.”*

**A SRA. –** *Em outubro, 800 jovens foram presos em Ibiúna, no Congresso da UNE. Treze de dezembro, o terror absoluto. O general Costa e Silva baixou o Ato Institucional Nº 5.*

*A resistência armada passou a fazer parte da cena política do país. Os sequestros de embaixadores para salvar a vida de prisioneiros políticos em poder da repressão e libertá-los, ainda que fosse ao preço do exílio.*

*A ditadura radicalizou, agentes do Estado recebem treinamento sobre técnicas de tortura, radicalizou a censura, a imprensa, o teatro, a música, a literatura, as artes. O habeas corpus foi removido, a pena de morte e o banimento foram instituídos e com ele uma legião de expulsos do país. Os brasileiros que ousaram se levantar contra a ditadura, estavam impedidos de retornar ao Brasil.*

*Era a glória da Copa do Mundo de 1970, (ininteligível), usado pela ditadura para ocultar o pranto das famílias que perderam seus filhos nas mãos dos torturadores. Cada um deles tem um rosto, e um trilho de sonhos, acreditaram neles, com seus olhos viram seus olhos e as memórias do país. Desejam ser lembrados. Onde se esconde os rostos dos torturadores? Se dissolvem na sombra da vergonha, aspiram ao esquecimento.*

*Era o tempo do medo, tempo da brutalidade, dos assassinatos, dos atropelamentos, das tentativas de fuga, dos suicídios, dos desaparecimentos omitidos e acobertados pelos aparelhos repressivos.*

*Dentro da noite, nosso povo ensaiava gestos de resistência, principalmente pelas mãos das mulheres, as mães, as filhas, as companheiras, as viúvas de maridos vivos. 1975, nasce o Movimento Feminino Pela Anistia, liderado por Terezinha Zerbini. Mobilizaram, fizeram de sua aparente fraqueza diante da brutalidade do regime sua força.*

***A SRA. TEREZINHA ZERBINI –*** *“Eureca, a saída é por aqui! A ONU está organizando e eu liguei para dizer que não é uma subversão indo para o Ano Internacional da Mulher. Tinha gente que não sabia nem o que era anistia, pensava que era anestesia. A anistia que nós fomos conquistar, pode não ser irrestrita mas vai ser ampla. É como uma barreira, tem uma barreira que está segurando a água, se você fizer um furo na barreira, a água se encarrega de trazer tudo.”*

***O SR. –*** *“O próprio presidente da República, Ernesto Geisel, veio para São Paulo recomendar que eu não fosse para aquela cerimônia, porque aquela cerimônia ia trazer mortes, e eu que ia responsabilizado por essas mortes.”*

**O SR. –** *“A missa que foi realizada na Praça da Sé, em memória do Herzog, foi um dos momentos mais emocionantes da vida da cidade. A partir daí, com marchas contra marchas, complicações, restrições, nós seguimos no caminho de uma distensão.”*

**A SRA. –** *As prisões nos sindicatos, nas associações, nos movimentos dos trabalhadores, nas igrejas, no parlamento, nas universidades, com a participação da OAB, da ABI, da CNBB, e de setores da imprensa que não se curvaram à censura. No teatro, na música, nos livros, as pessoas falavam de esperança, de liberdade, de justiça.*

*“Aqui não haverá anistia”, essa foi a resposta dos generais. Na flor acesa, a centelha. Multiplicaram-se os comitês brasileiros pela anistia, estimulados pelos familiares de presos e desaparecidos políticos, dos exilados, e pelas organizações populares. Escrevemos nos muros, levantamos nas faixas, levamos na boa o grito necessário: Anistia ampla, geral e irrestrita!*

***O SR. -*** *“Com Lula ou sem Lula, com diretoria ou sem diretoria, sem comissão ou com comissão, vocês sairão vencedores dessa luta!”*

**A SRA. –** *A luta pela anistia se encontrou com a força dos movimentos populares que sacudiram os alicerces do regime. A greve de fome dos presos políticos desafiou a sensibilidade de barbaridades. A visita de Teotônio Vilela aos presídios deu o sinal.*

*E a anistia veio. Desfigurada, imperfeita, inconclusa, mutilada pelos retos, diferente da anistia ampla, geral e irrestrita que a sociedade demandou nas ruas.*

***O SR. -*** *“(ininteligível) fora do Brasil, sem ver todas essas caras, todos esses amigos, esperar que chegando aqui, com tanto abraço, gente que eu nunca pensei em ver mais...”*

**A SRA. –** *Foi aprovada a Lei de Anistia em 22 de agosto de 1979, imposta pela ditadura a um parlamento submetido por medidas de força, sem pactos, sem acordo.*

***O SR. -*** *“A emoção que ele deve estar sentindo, o estranho é acontecer num país onde as pessoas se emocionarem pelo fato de os brasileiros voltarem para o Brasil. Mas como uma vitória, um estigma do povo brasileiro, eu acredito que ainda falta muita coisa ainda. Nós conseguimos, vamos dizer, empatar, ainda faltamos pegar uma outra anistia que é a anistia do voto.”*

*Nem sequer libertou todos os presos políticos. Não se permitiu o regresso de muitos que se encontravam no exílio.*

***O SR. -*** *“Não é impiedoso pra mim não, é impiedoso pra quem foi impedido de voltar, e quem não vai continuar impedido de voltar, com toda essa briga do Estado, que ainda está em Paris, condenado, quer dizer, exilado ainda, não tem direito a passaporte.*

*– Você não é um dos exilados.*

*– Eu não sou o último exilado.”*

*O povo brasileiro afirmava a sua paixão pela liberdade.*

\*\*\*

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Bom, e a última fase da minha intervenção, é a seguinte. É a mais dura, mas eu vou falar, é a seguinte:

O padre Rene falou que durante 10 anos permaneceu lá no Pontal do Paranapanema um policial muito perigoso, muito perigoso. Quando eu cheguei aqui em Prudente, uma moça do jornal falou se eu conhecia esse torturador. Nós fizemos o seguinte: nós pegamos vários atores brasileiros para contar a história, adotar um morto desaparecido. Então, eu queria que vocês pusessem o Merlino, esse jornalista de Santos, Luiz Eduardo da Rocha Merlino, o longo, o longo.

Então, respondendo à pergunta do padre Rene, é uma coisa complicada, mas o pessoal do Levante me perguntou a respeito disso, então eu queria passar esse vídeo que é interpretado pelo ator Celso Frateschi em memória ao jornalista, hoje é dia do Jornalistas, quero fazer uma homenagem a todos os jornalistas brasileiros falando desse excepcional jornalista brasileiro Luiz Eduardo da Rocha Merlino, tio da Tatiana Merlino. Vamos lá.

**O SR. GABRIEL DA SILVA TEIXEIRA –** Boa noite. É sempre muito impactante ver esses vídeos. E agora eu fico com o desafio de dar continuidade a essa diversidade de informações que a gente falou aqui sobre como funciona, como funcionou a ditadura e sobre como a repressão ainda funciona em muitos outros casos.

Eu gostaria de iniciar, primeiro fazendo uma saudação à companheira Thais Telles que foi chamada de preta, macaca e safada. Meu avô era neto de escravos no Rio Grande de Norte e eu enquanto neto e filho de negros, me solidarizo com a situação da companheira e acredito que muito do que aconteceu aqui pode ser explicado, e a gente pode buscar uma origem com segurança na própria ditadura militar e o legado cultural que ela deixa pra gente. Então, Thais, estamos juntos, e que a gente bote cada vez mais a boca no trombone. (Palmas.)

Eu me chamo Gabriel, estou aqui representando o Grupo de Trabalho sobre Repressão no Campo da Comissão da Verdade Rubens Paiva. Componho esse grupo com vários outros companheiros e companheiras, com Ângela (ininteligível), que está aqui do lado, com a Luciana, Danilo Valentim, que é ex-aluno da UNESP, e com um grupo muito maior, que não pôde estar presente aqui hoje. A gente tenta contribuir com o levantamento, e tentando resgatar um pouco do que foi a repressão no campo no estado de São Paulo.

Se a gente já sente mais dificuldade em tratar da repressão urbana, se a gente percebe que há um silenciamento de fontes, de notícias, todo esse trabalho interessante que a Comissão da Verdade vem pautando de resgate a essa memória, de reconstrução de uma outra retórica, de uma outra narrativa sobre o que foi a ditadura militar, o trabalho sobre o campo e o resgate dessa memória nos espaços rurais do estado, no Brasil, se configura como um desafio ainda maior.

Eu queria dizer que Presidente Prudente foi o município de origem do primeiro interventor da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, chamava José Rotta. Ele foi o primeiro interventor logo depois do golpe. A CONTAG, que era a instituição confederativa dos trabalhadores rurais sofre uma intervenção, e o primeiro interventor colocado pelos militares é o José Rotta, daqui de Presidente Prudente. Ele foi formado pela fração fascista da igreja, que copiava os círculos operários da Alemanha, da Itália, e que formava dirigentes sindicais na época, disputando a formação de dirigentes sindicais com partidos comunistas, com a própria organização do Betinho que aparece no vídeo. Então, o primeiro interventor a mando militar na estrutura sindical camponesa, foi José Rotta, e ele era daqui de Presidente Prudente, formado pela igreja fascista.

A título de resgate de nomes, eu acho importante, um outro companheiro que se destacou muito na mobilização dos trabalhadores rurais da região foi um militante comunista chamado Nestor Veras. Ele mobilizou, começou sua militância no PCB e teve uma influência importante aqui no município de Santo Anastácio, organizando camponeses, roceiros, pequenos proprietários, pra reivindicarem seus direitos. Ele foi perseguido, teve que viver sob clandestinidade durante alguns anos. Daqui da região de Presidente Prudente ele migra para Minas Gerais e lá ele é descoberto, é morto, e até hoje os seus restos mortais não foram achados, embora o torturador, o cara responsável pela morte do Nestor Veras tenha dito onde teria enterrado o corpo dele. Mas não se encontrou. Esse é um dos legados da ditadura, que a gente pode mencionar, que ele tem uma raiz aqui na região.

Eu queria dar início a essa minha fala, eu vou fazer uma apresentação mostrando um pouco do que a gente acumulou enquanto Grupo de Trabalho da Comissão Rubens Paiva. Nós vamos mostrar um pouco do que foi a repressão camponesa no estado de São Paulo, por baixo a gente tinha um número em torno de 40 mil trabalhadores violados só no estado de São Paulo, por baixo, se a gente fizer uma conta de que as famílias na época tinham em média 4 a 5 pessoas. Se a gente considerar que as famílias tinham 10, 11 pessoas, esse número pode subir tranquilamente para 70, 80 mil camponeses violados só no estado de São Paulo.

Eu queria começar lendo um relato do Valdecir Rodrigues de Oliveira. Ele foi um posseiro da Fazenda Primavera, o padre Rene comentou, ele estaria com a gente, mas devido à idade avançada ele teve dificuldades de comparecer. Mas eu tomo a liberdade de ler um depoimento que ele deu para o Instituto de Terras de São Paulo, num livro chamado “Vozes da Terra: histórias de vida dos assentados rurais de São Paulo”, organizado em parceria com a USP, o Instituto de Terras e mais algumas organizações que depois eu deixo à disposição, quem quiser consultar.

“Sou nascido no município de Castilho, inclusive numa fazenda onde houve também uma grande sacanagem com terra, foi na Fazenda Pendengo. Nós fomos despejados dessa fazenda em 1955 ou 57... ainda era criança. Éramos 42 famílias, e o proprietário, quer dizer, o grileiro, vendeu 4 mil alqueires, das terras que já tinha vendido para nós, para uma outra pessoa.

Mas, como sempre a lei do mais forte prevalece, nós perdemos, e sobre essa fazenda nós não podemos nem tocar no assunto de qualquer coisa para ter de volta as terras. Lá quem fez o despejo foi o Exército, o país ficou em estado de sítio e quem mandava era o Exército.

Chegou cada caminhãozão cheio de polícia, lembro do caso de uma família de um vizinho que estava roçando, trabalhando na lavoura, e quando chegou em casa, a polícia tinha tirado tudo, derrubado, tinham aberto as mangueiras de porco, a mulher estava chorando, e quando eles viram aquilo eles foram do jeito que tinham chegado, enfrentaram a polícia de enxada na mão.

Então, a polícia amarrou o velhinho que era o chefe da família, e jogou em cima do caminhão, e ele quebrou a espinha e o pescoço, e ainda falaram ‘Morreu um porco, é um lixo, agora vocês enterram, porque nós estamos ocupados, não tem cemitério aqui perto?’. Quem ia falar alguma coisa? Não dava. Para que a lei para pobre? A lei é só para quem tem dinheiro, pobre é só para votar e sei lá mais o que.”

E essa terra que ele estava em disputa, a qual as famílias estavam sendo desapropriadas, era uma terra do Moura Andrade, que aparece grilada pelo Moura Andrade, que aparece no vídeo apoiando a deposição do Presidente Jango. Esse camponês, esse posseiro, depois que ele sai dessa terra, que ele é obrigado a sair dessa terra ele migra para a Fazenda Primavera, e lá ele dá mais alguns relatos do que aconteceu.

“Fiquei trabalhando como arrendatário de 1970 até 1980 com o Abdala”. Abdala era o cara que tinha recebido a terra do Moura Andrade. “Na época, os políticos já roubavam que era uma beleza! Eles nem pagavam imposto. O Abdala era deputado federal. Eles já faziam as leis para não pagar. Depois, ele deixou de ser deputado e continuou sem pagar.

Então, aqui tinha um monte de imposto sem pagar. Essa terra era grilada e ele tinha uma posse dela. Então, um senhor muito inteligente que morava aqui, o seu Adalberto, descobriu isso, que ele não pagava os impostos, e aí ele começou, inclusive, a lutar sozinho. Foi em Brasília, me parece, duas vezes, fuçar para ver e depois ele passava informação para um e para outro, por baixo do pano. Mas um jagunço do Abdala matou ele, porque estava mexendo onde não devia. E, depois disso é que o povo começou a falar: ‘Tem coisa aí, tem coisa pegando fogo’.”

Enfim, ele dá alguns depoimentos extensos, eu não quero ficar focado nisso. Mas ele descreve todo o processo de repressão, de engano que ele sofreu. Assinava contratos depois era obrigado a se retirar a força, com destruição de propriedades. Essa era a forma corriqueira que se fazia até então, década de 1950, década de 1960 e por aí vai.

Eu queria, eu vou apresentar algumas informações, alguns dados que a gente trouxe para vocês. Pode ser interessante para visualizar um pouco do que a gente tem conseguido coletar sobre a repressão no campo no estado de São Paulo.

Bem, primeiro a gente tem trabalhado com algumas fontes. O Danilo vai poder falar na quarta-feira um pouco melhor sobre todo o processo de trabalho, de elaboração dos dados e toda a parte metodológica. Aqui eu vou tentar focar especificamente nos dados brutos.

Então, a gente tem aqui uma prancha com a violação dos Direitos Humanos no estado de São Paulo. A gente tem trabalhado com quatro tipos de violação. A primeira, que a gente está chamando aqui de violação do Tipo 1, mas que diz respeito a atentado, violência, ameaça, qualquer tipo de ameaça física, verbal. Então, o fazendeiro chega na propriedade, ameaça o roceiro, ameaça o pequeno proprietário, muitas vezes o agride e isso configura uma violação dos Direitos Humanos. Então, foi o que a gente enquadrou no Tipo 1, que aqui está representada em vermelho. Esse mapa está indo de 46 a 88, a gente depois vai poder desmembrar um pouco isso e problematizar algumas informações.

O Tipo 2, que é uma violação que a gente chama violação de direito de liberdade, que então é migração forçada, prisão, proibição, suspensão de direitos políticos, enfim.

Violação do Tipo 3 aparece em amarelo, que é uma violação tipicamente trabalhista. Então, lista negra, não pagamento de salário, não pagamento de décimo terceiro.

E também a violação do Tipo 4, que é o que a gente chama de não interferência na vida privada: destruição de benfeitorias, destruição de roça, remoção, expulsão de terra. Então, a gente tentou trabalhar mais ou menos com esse universo de conflitos no campo em São Paulo.

Uma coisa que vale a pena problematizar, como esses dados estão agregados, a gente vê aqui na primeira imagem, no primeiro mapa, algumas regiões muito importantes. Deixa eu ver se aqui tem. A gente vê aqui essa região aqui, que é uma região muito conflitada, que é aqui a aqui o Vale do Ribeira, que pega um pouco do Litoral, do Sudoeste de São Paulo. Essa região aqui da Alta Mogiana, então Ribeirão Preto, Araraquara, Dumont, Pradópolis. A região do Pontal, que pega Presidente Epitácio, Presidente Bernardes, aqui mesmo, Presidente Prudente, e essa região aqui também se parece muito em termos da natureza do conflito. Aqui a gente vê os conflitos trabalhistas.

Uma coisa que eu queria chamar a atenção de vocês, esses conflitos, eles aparecem, como eles estão todos juntos, eles aparecem em momentos diferentes, a gente vai poder ver isso com calma mais à frente, mas eles dizem respeito a momentos diferentes. Então, essa região, vai despontar como uma região conflitada num momento muito específico, a partir da ditadura militar propriamente. E essa região também vai ter um salto muito grande, assim também como Ribeirão Preto, a gente vai ver uma intensificação muito grande dos conflitos rurais no estado.

Uma dinâmica que funcionava anteriormente à ditadura, eu acho que esse é o eixo central. Eu vou tentar ficar de costas um pouco para poder ver melhor aqui. Um eixo central de todos os conflitos, que a gente tem discutido até o momento, é que todos eles dizem respeito à apropriação privada da terra, todos os conflitos passam em alguma medida por esse eixo.

Antes da ditadura, essa região toda do Pontal, do Oeste, do Noroeste, elas eram o que a gente chama de fronteira agrícola. Eram áreas que estavam sendo desbravadas para criação de pastos, para abertura de novas lavouras e tal. E como é que funcionava especificamente antes da ditadura? Grandes empresas recebiam, como a gente pôde ver o Moura Andrade por exemplo, ele era um político influente da região, eles simplesmente se apropriavam de uma terra que era pública e vendiam. Essa terra vendida era repassada a terceiros e assim por diante, até chegar nas mãos dos pequenos proprietários, dos camponeses e do trabalhadores rurais.

Empresas que assumiam o papel central nessa tarefa de vender e desmembrar as terras, companhias de colonização, companhias de estradas de ferro. Então, por exemplo, o Abdala compra uma terra nesses termos. Então, a gente vê aqui na imagem ampliada o total de conflitos de São Paulo mapeados até o momento. A gente com tranquilidade consegue estimar mais de 50 mil trabalhadores rurais violados durante todo esse período, de 1946, antes da ditadura, a 1988. Essa é mais ou menos a cara geral dos conflitos que a gente vai tentar apresentar brevemente aqui.

Então, uma coisa que a gente consegue perceber, essa foi outra forma de organizar as informações, a gente não dispõe desses dados aqui, mas se a gente traça a linha das estradas de ferro, elas passam por aqui, por aqui, por aqui, por aqui inclusive. Então, a gente percebe que os conflitos, eles acompanham essa dinâmica de abertura de novas áreas de apropriação de terra, as estradas de ferro, as companhias de colonização começam a desmembrar, fatiar e vender terras onde já existiam populações tradicionais, onde já existiam indígenas.

Por exemplo, da década de 1920 toda essa região do Oeste de São Paulo conhece um massacre muito grande dos caingangues, uma etnia indígena muito importante, que já habitava toda a região do Pontal. Mas como essa região passa a conhecer o desenvolvimento, abertura de estradas, cafezais, gado e tudo isso, a gente começa a perceber todo um ambiente conflitado. Esse mapa, essas áreas pintadas mostram os principais conflitos da região e a gente consegue traçar com muita facilidade as estradas de ferro que acompanham toda essa abertura do desenvolvimento.

Aqui a gente tem especificamente os dados, os conflitos antes da ditadura. Então, a gente percebe novamente os conflitos aqui acompanhando as áreas de fronteira, áreas onde se abrem novas lavouras, onde a terra é apropriada, onde a terra é grilada, as comunidades que ali vivem são expulsas, são obrigadas a se mudar, são dizimadas, são violadas de várias formas possíveis.

Então, violação do Tipo 1 a gente percebe nessas regiões. Tem vários outros pontos que temos que talvez não fiquem tão visíveis pela definição da imagem.

As zonas representam ameaça e a gente tem, por exemplo, o tamanho, alguma coisa em torno de 4 ou 5 mil camponeses violados por ameaça física, verbal nessas regiões. Aqui a gente teria alguma coisa próxima a 1.500, 2.000 camponeses, e todos eles circunscritos nessa região, região de fronteira que estavam sendo loteadas, digamos assim.

Aqui a gente já consegue perceber uma agravação antes da ditadura, durante a ditadura e após a ditadura. Então, a gente percebe a mudança drástica do cenário. Regiões que já conheciam o conflito, a gente pode perceber por exemplo que se o conflito estava aqui, no período iniciado pela ditadura, ele se desloca acompanhando a expansão da fronteira agrícola. Ou seja, novamente a abertura de novas fazendas, loteamentos de terras, a violação de vários Direitos Humanos, a expulsão de trabalhadores também acompanha e cresce exponencialmente. A gente está falando aqui, por exemplo, esses conflitos verdes dizem respeito à expulsão, migração forçada, alguma coisa próxima dos, nessa segunda bolinha é alguma coisa próxima dos 150... 150? 10 mil trabalhadores violados só nessa região. Toda a região do Pontal, por exemplo, num levantamento inicial, preliminar, a gente conseguiu contar mais de 10 mil camponeses e populações tradicionais violadas.

Outra região que também salta aos olhos é aqui no Vale do Ribeira, nessa região de Ribeirão Preto, Araraquara, Alta Mogiana. E o mais interessante é que, se a gente for seguir aqui o esquema, o verde, é expulsão forçada, ou seja, o sujeito chega no local, tem diversas famílias, expulsa o camponês com jagunço, sem jagunço, com fogo, quebrando as benfeitorias ou não, muitas vezes de forma sempre autoritária. Regiões que depois vão despontar como regiões extremamente produtivas, exploração do agronegócio, Califórnia brasileira. Então, o componente autoritário da modernização e da grande eficiência do que a gente chama hoje de agronegócio se deve fundamentalmente por expulsão dos camponeses e expropriação desenvolvida no campo.

Então, aqui a gente vê, depois da ditadura, é um levantamento ainda preliminar, mas a gente já consegue perceber que zonas com expansão significativa durante a ditadura militar. E aqui, por exemplo, na região do Pontal, funcionava dessa forma: o sujeito vinha, abria fazenda, se apropriava da terra que era pública, roubava, grilava essa terra, então ele chamava os trabalhadores rurais, esses trabalhadores rurais recebiam uma parcela da terra, recebiam uma autorização para plantio, eles plantavam e em 2, 3 ou 4 anos dependendo do contrato, eles eram obrigados a devolver essa terra para o proprietário com pasto formado.

Então, eles tinham esse tempo para plantar, subsistir. O que acontecia fundamentalmente é que esses camponeses abriam, desmatavam, limpavam a terra, e logo após essa terra limpa eles eram expulsos, o contrato não era cumprido e o proprietário grileiro que roubava essa terra, ele recebia uma fazenda formada sem nenhum custo, sem colocar a mão no bolso. Então, era uma forma muito rentável de se expandir a produção, de se enriquecer. Uma pista do apoio de todo o setor latifundiário ao Golpe Militar.

Moura Andrade principalmente, um cara que foi artífice de todo esse processo de grilagem daqui da região do Pontal, inclusive do... (ininteligível). Quem queria terra conseguiu terra nesse período graças ao Moura Andrade e seus companheiros. Então, esse era o mecanismo e faz todo o sentido. A gente vê o tamanho dessa bola, a intensidade do conflito relacionado à expulsão, migração forçada acompanhado ou não de assassinato, perseguição política.

Aqui, a gente acompanha o desenvolvimento. São três períodos novamente, separei antes da ditadura, durante a ditadura e após a ditadura, mas no que diz respeito a conflito trabalhista, ou seja, não pagamento de salário, férias, décimo terceiro, perseguição a trabalhador que se sindicaliza.

Então, novamente a gente vê o cenário, então, você tinha conflito trabalhista nessa intensidade nessas regiões, também região de fronteira. Depois você tem uma intensificação significativa nessa área aqui que hoje é o coração do agronegócio, da cana e açúcar, por exemplo, Ribeirão Preto, Franca, que fica tudo nessa região.

Ou seja, desponta como a atividade e a região que mais desrespeita os diretos trabalhistas. Trabalho escravo, o sujeito emprega o trabalhador, o sujeito trabalha o dia inteiro e no final não recebe ou recebe cheque sem fundo, enfim, as mais diversas atrocidades que a gente pode imaginar aconteceram nessa região.

Pelo tamanho dos círculos aqui a gente consegue presumir, (ininteligível) é isso? 35 mil? Acho que é 35 mil, né? Então, falando de números significativos, de 35 mil, 40, 50 mil trabalhadores violados durante o período da ditadura. E aqui uma questão interessante, é uma região que desponta como a região que mais disputa direitos trabalhistas. Então, já tem o agronegócio consolidado, já tem um agronegócio que emprega, que assalaria, que não estabelece mais relações de pequena propriedade com você. Mas ao mesmo tempo a gente vê ao mesmo tempo como ela se consolida às custas de muita expulsão, de muita violação, de muita migração forçada, ou seja, realmente houve um alijamento de camponeses para que posteriormente se consolidasse uma área de plenos assalariamentos, digamos assim.

A gente vê novamente as contradições da ditadura militar no campo brasileiro. Esse é basicamente os dados que a gente tem para apresentar. E o último elemento que eu queria colocar, e aí eu finalizo, é primeiro que a gente consegue estabelecer uma diversificação das lutas primeiro por região. Então, tem regiões onde predomina os conflitos entre roceiros e pequenos proprietários. Como a gente pôde ver a região do Pontal, Oeste de São Paulo, é uma região dessa. Então, você tem uma economia familiar, de subsistência... (mudo)... retirada e obrigada a se mudar para outro lugar ou a resistir. Tem gente que tem vários episódios de resistência. O depoimento do Valtencir que a gente pôde ver mostra um pouco os tipos de conflito desse cenário.

A gente consegue ver também que durante a ditadura nunca se deu tanto dinheiro para latifundiário, além da possibilidade de grilar, como a ditadura militar. Existia um programa nacional que financiava a juros negativos. O que que significa juros negativos? Significa que o cara pegava emprestado, sei lá, 4, 5 milhões e era obrigado a devolver 1 milhão, 2 milhões. Isso que significa juros negativos.

Então, a ditadura militar conseguiu mais essa proeza, ela dava dinheiro público para latifundiário que já tinha terra grilada para produzir mais, aumentar a sua propriedade, grilar mais terras, expulsar mais camponeses, e hoje consolidar todo esse parque que a gente se gaba muito dizendo que é moderno, super eficiente. Mas foi com muita repressão, às custas de muito autoritarismo, de muito conflito.

Então, a gente consegue ter esses cenários que também acompanham a própria cronologia do Golpe. Então, se antes você tinha áreas de fronteira, hoje você tem áreas consolidadas às custas desse processo que a gente tentou apresentar brevemente, e que a luta pela terra vai começar a aparecer justamente nessas áreas de fronteira, Pontal, Sudoeste de São Paulo, aonde vai aparecer o MST e outros movimentos identificados com a luta pela terra.

O último elemento, de ordem mais prática, digamos assim, é que esse trabalho vem sendo desenvolvido dentro da Comissão Estadual da Verdade. Seria muito importante que toda essa recuperação da memória, que toda essa narrativa que tem sido registrada, fosse também apropriada pelos movimentos sociais. Então, o MST e outras organizações.

E para a gente seria muito rico que essas organizações sociais, a sociedade civil, os movimentos sociais se apropriassem também da elaboração das medidas de reparação. A gente consegue ver regiões inteiras que foram griladas, o Pontal é uma dessas, mas o Vale do Ribeira também é, o sudoeste de São Paulo também é, e que merecem algum tipo de reparação. Quer dizer que você coloca interventor no sindicato, você tira uma liderança legítima, coloca uma liderança fascista, persegue um dirigente do movimento social, grila regiões inteiras e expulsa milhares e milhões de trabalhadores rurais, e que tipo de reparação se merece nesse caso?

Então, eu acho que um esforço, um desafio muito interessante da Comissão da Verdade, reside justamente na elaboração das medidas de reparação, que é um desafio. Então, eventuais continuidades no trabalho vão depender justamente desse engajamento popular, desse engajamento da sociedade civil, dos movimentos sociais. Então, qualquer medida de reparação só vai ser efetuada caso a gente pressione, pressione muito, e eu acredito que seja o momento oportuno para que movimentos sociais, diversas organizações da sociedade civil que acreditam e apostam num Brasil mais democrático que se aproximem, e eu digo especificamente falando de repressão no campo, seria ótimo contar com apoio e colaboração de movimentos sociais, do MST inclusive, para pensar, elabora, peitar e disputar medidas de reparação no âmbito da Comissão. Eu acho que é um desafio, como está dado, e tem que ser construído, acho que tem que ser construído. A gente tem todo um caminho pela frente, mas acho que o momento é muito oportuno para que a gente pense medidas de reparação.

Outro elemento que pediram pra eu lembrar, ali atrás, na mesinha na entrada, tem uma ficha, uma versão, digamos assim, manual que a gente tem para coletar novos casos de conflito e incluir no nosso banco de dados que alimenta esses mapas que a gente tentou apresentar hoje. Todo esse material, esse acervo que a gente está divulgando é público, a gente vai divulgar isso a partir da própria Comissão em outras atividades.

E fica o convite para quem achar que pode contribuir com relato de outros casos de repressão no campo. Pegue a quantidade que achar necessária, aquelas fichas, levem, preencham aqui para gente, estão todas as instruções no papel. Esses dados vão ser acolhidos, vão ser analisados, vão ser incluídos no nosso banco de dados. E é isso. Eu acho que o desafio está dado e a gente fica muito contente de poder contar com o maior número de seguidores possível para poder elaborar todas as medidas que visam reparar todo esse cenário de devastação que a ditadura conseguiu promover no Brasil no ambiente urbano mas também no ambiente rural. Obrigado. (Palmas.)

**O SR. –** Bom, quero agradecer, cumprimentar àqueles que compuseram a Mesa aqui e a gente poderia abrir excepcionalmente, dado o adiantado da hora, os colegas aí que muitos ainda nem jantaram, padre Rene que eu estou tentando convencer a não viajar de volta ainda hoje, ele quer voltar para Andradina ainda hoje, sem jantar inclusive. Mas excepcionalmente, o Adriano se dispôs aqui que a gente faça, porque quem tenha questões a fazer, a gente faça um apanhado aí, umas três questões, para que os membros aqui presentes possam responder. Então, está aberto o momento, aqui temos..

**A SRA. TATIANE** – Bom, boa noite. Eu gostaria de saudar a Mesa, saudar a comissão organizadora do evento que eu acho que é um evento muito importante para gente falar sobre esse período histórico mal resolvido no nosso país. Meu nome é Tatiane, eu faço Geografia e estou militante do Movimento Estudantil Popular Revolucionário. Aí eu queria só dizer, em relação à questão da ditadura, até a gente nem fala ditadura, a gente fala regime militar. Por quê? Porque a gente entende que nós vivemos sim ainda em uma ditadura. A ditadura das classes dominantes fascistas do Estado brasileiro, dirigiram inclusive atualmente uma cambada de traidores, PT/PCdoB, que estão implementando um regime de fascistização nas periferias do nosso país. O que que é a força nacional na Favela da Maré, nas favelas do Rio de Janeiro? O que que é essa perseguição aos manifestantes que estão aí lutando contra essa Copa que está sendo construída no nosso país com sangue de operário? Então, a gente entende que a gente ainda vive numa ditadura, e que essa ditadura só pode ser superada através da mobilização do povo, desmascarando essa mentira que é a democracia nesse país. E aí, para falar da questão do campo, que eu acho que é importante, que o padre Rene, o Gabriel que colocou, que o Estado brasileiro tem uma mancha também de sangue com os camponeses pobres do nosso país, e esse mesmo Estado segue assassinando lideranças camponesas ainda hoje. Tem as fotos que vocês olharam nas paredes do companheiro Renato, agora eu quero deixar a denúncia, quem foi o companheiro Renato? Foi um militante, um apoiador da luta camponesa do estado de Rondônia. Ele foi barbaramente torturado e morto em abril de 2012 nesse estado de Rondônia, torturado inclusive por policiais. Por quê? Porque ele era um defensor da luta pela terra naquela região, e ainda hoje o estado de Rondônia nem tem investigado nem tampouco punido os assassinos do companheiro Renato. Então, aqui a gente vai deixar mais uma vez que o Estado brasileiro não foi só até 88, ele segue matando, assassinando lideranças camponesas desse país, e favorecendo cada dia mais o latifúndio. É isso, obrigada.

**O PÚBLICO –** Fascistas, fascistas, não passarão!

**O SR. JOÃO PAULO –** Oi, boa noite. Meu nome é João Paulo, eu também sou da Geografia. A minha pergunta é a seguinte: foi falado a respeito da mudança do nome de uma escola da Bahia de, se eu não me engano de General Médici para Carlos Marighella. Numa escala local, pode ser que muita gente tome conhecimento disso por se tratar de uma escola, mas eu queria saber, em âmbito nacional, quais são as dificuldades de, por exemplo, se mudar o nome de uma rodovia como Castelo Branco para o nome de um militante também, já que é uma rodovia tão conhecida.

**A SRA. PAULA VERNETTI –** Boa noite, meu nome é Paula Vernetti, eu sou... (fim do arquivo do segundo áudio).

(início do terceiro áudio)

**A SRA. PAULA VERNETTI –** A gente quer que nunca mais algumas coisas aconteçam, como as coisas andam acontecendo. Eu gostaria de fazer um pedido ao Adriano, porque eu fiquei extremamente emocionada de ouvir a voz do Rubens Paiva e eu vou dizer por quê.

Eu tenho 36 anos, e eu cresci ouvindo meus pais falando cadê o Rubens Paiva, não tinha Rubens Paiva, enfim. E a gente sabia que era uma... (ininteligível), era uma pessoa lúcida, uma pessoa muito articulada. E assim, eu gostaria de pedir para o Adriano deixar a gravação aqui.

E assim... como vocês estão pensando em articular uma divulgação dessa gravação como que isso vai ser feito, porque é um documento que me realmente me comoveu até as lágrimas..

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Não, ela está à disposição, ela até está disponibilizada. Na semana que o Paulo Malhães foi depor lá na Comissão Nacional da Verdade, o coronel Paulo Malhães, ela foi descoberta no Arquivo Nacional. Ela veio à tona, ela está à disposição. Todo o material que nós trouxemos já está disponibilizado aqui, já foi copiado, tudo. Inclusive a hora que terminar, se você quiser abrir todo o nosso material que nós digitalizamos está à disposição da universidade. Está tudo à disposição.

**A SRA. PAULA VERNETTI** – Isso é importante, porque tem que parabenizar também o pessoal da Comissão porque tudo que eles fazem eles disponibilizam. É um recurso que a gente tem hoje em dia que...

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Vou até ver com a professora Alzira uma coisa. Eu vim aqui hoje, nesse formato, que me foi oferecido para vir aqui hoje, de evento, então tinha todo um ritual, uma mística, o padre Rene e tal... Mas eu estou me dedicando em período integral a isso.

Então, por exemplo, se precisar vir com outro formato, mais sistemático, para um grupo menor, uma sala de aula e tal, a gente pode fazer um planejamento de uma coisa mais, assim, pegar os 21 anos, dividir em blocos, fazer uma coisa na forma de curso mesmo. Então, nós estamos à disposição. E esse pessoal do campo, está fazendo um trabalho maravilhoso, e eles só apresentaram uma amostra, isso aqui é uma amostra. Então, isso aqui é uma coisa muito longa, tem muito material, muita pesquisa, e nós estamos à disposição.

**A PROF. ALZIRA –** Nós poderíamos pensar, né, Ricardo, mais para frente, de aprofundar com o Gabriel e com o Rene, trazer cursos mesmo, em parte das nossas disciplinas talvez.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Não, tem até outras pessoas que tem essa disponibilidade.

**O SR. RICARDO** – É, para comentarmos outros grupos, então nós estamos aqui com o Grupo de Trabalho de Repressão no Campo, movimento estudantil, movimento operário, mesmo que talvez seja uma realidade um tanto distante falar do movimento operário que tenha sofrido aqui na região, mas de qualquer maneira...

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Não, isso é importante, o que você falou. O movimento operário é o Grupo 13 da Comissão Nacional da Verdade. Nós vamos estar em Araraquara, nós vamos estar na UNESP de Araraquara com o Horacio Verbitsky, que é um estudioso argentino que estudou o papel da contribuição das empresas multinacionais para o golpe na Argentina. A gente tinha conseguido levar ele para a UNESP de Araraquara no dia... só um minutinho, não estou conseguindo, acabou a bateria.

Então, o Verbitsky, vai estar, é o cara que escreveu 28 livros sobre a ditadura, e o mais importante é a contribuição das empresas, das multinacionais para o golpe. Ele vai estar em Araraquara, não tenho como trazê-lo para cá.

Mas o que vocês precisarem de continuidade, por exemplo, a especialização da Comissão Estadual da Verdade é de mortos e desaparecidos. No estado de São Paulo são 164 mortos e desaparecidos.

Dos 500 casos brasileiros, 164 ocorreram no estado de São Paulo ou são pessoas do estado de São Paulo que foram mortas e desaparecidas. Então, tem uma metodologia disso, porque antes de provocar um esvaziamento e as pessoas venham reclamar, nós estamos à disposição de vocês aqui. Se vocês fizerem um núcleo de Memória, Verdade e Justiça, a gente contribui à distância ou presencialmente.

**O SR. RENOIR GERTRUDES PARREN** **–** É em relação assim à... a questão do que é... hoje do controle.... Em relação assim à questão do controle dos movimentos sociais hoje, como se coloca, nos dias de hoje, com leis que continuam, vamos dizer, continuando assim posturas da ditadura militar, uma das questões é, por exemplo, o que acontece no Congresso. As leis propostas assim lei antiterror. E naquele momento eu também não falei isso, mas é...

O que nós sofremos muito hoje é a questão da criminalização daqueles que lutam, dos movimentos sociais, do próprio MST (ininteligível). E nesse momento nós temos trabalhadores, lá no Paraná, presos, de cooperativas, etc. Então, assim, estamos o tempo todo sob o crime (ininteligível) da criminalização. É um tipo de coisa que tinha na ditadura militar, vamos dizer assim, uma das coisas fundamentais foi cortar qualquer mobilização popular, do povo, mobilização. Aí se você elimina isso, nada vai para a frente, nenhuma lutazinha, hoje de ... (ininteligível) quer dizer, naquele tempo foi isso, eliminar a organização social.

E hoje, assim, com as manifestações que nós tivemos em junho do ano passado e tudo, também se tentou isso, está se tentando isso. E então toda hora ele está aí, os... (ininteligível) da organização social. Cortar isso, coibir a mobilização. E a outra questão, eu gostei muito dessa proposta dessas medidas de reparação que foi falado de escola, da escola que tinha nome de Garrastazu Médici e tudo e transformaram em Carlos Marighella, então agora para nós em Andradina, já pensou nós mudarmos o nome de Andradina?

Aí vamos começar uma briga lá, porque a história é escondida, o povo não sabe essas coisas, não sabe, né. Então, nós vimos de uma cidade onde o prefeito é PT, e ele está fazendo coisas interessantes, vamos dizer assim, do governo, mas isso esconde um pouco a consciência, a visão crítica sobre todas essas coisas. E depois, assim, aquilo que você citou da história que nós temos que levantar para mostrar tudo que aconteceu, esses gráficos e tudo, escrever essas coisas assim, essas são lições para trazermos, né.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT** – Alguém quer perguntar mais alguma coisa?

Olha a coisa mais difícil no Brasil é mudar nome de logradouro. Nome de logradouro, por exemplo, a estrada Castelo Branco, é uma estrada estadual, evidente, né.

Existe um trabalho, nós da Comissão da Verdade, vamos fazer uma publicação de todos os logradouros de natureza estadual e federal que guardam nomes de gente ligada à repressão. Estamos tentando fazer um trabalho junto aos municípios, aos municípios.

Aqui no estado de São Paulo tem uma lei estadual que transforma em cláusula pétrea, quer dizer, não pode mudar nome de logradouro. A gente está fazendo um esforço enorme para conseguir mudar essa lei, mas pelo menos nós vamos fazer um detalhamento, desde a ditadura Vargas, onde tem muita escola Filinto Muller, tem muita coisa ainda do tempo da ditadura Vargas. Tem até Vila Mussolini, tem um monte de bairro, até em São Bernardo do Campo tinha uma colônia fascista italiana, que eles deram o nome de Vila Mussolini. Então, tem um monte de coisa oriunda da ditadura.

Essas coisas são muito difíceis, mas, só para vocês terem uma ideia, a Comissão da Verdade do estado de São Paulo não tem nenhum apoio do governo do estado de São Paulo, nenhum, nenhum, nenhum, nenhum, nenhum. Nenhum pesquisador, nada, nada, nada. Até o Arquivo Estadual, quando nós descobrimos o livro do DOPS, os livros de entrada do DOPS, eles trocaram o diretor do Arquivo e nós nunca mais entramos lá dentro.

Então, eu só queria dizer o seguinte, depois desses 50 anos, para concluir, é a primeira vez, no Brasil, que a ditadura foi tratada como ditadura. Nos 50 anos que antecederam, era chamada de revolução, de isso, de aquilo, tinha comemoração nos quartéis, ordem do dia. Isso não quer dizer que os resquícios da ditadura não terminaram. As polícias militares, os batalhões, os grupos de extermínio, a pena de morte.

Agora, também é um absurdo, do ponto de vista teórico, dizer que nós estamos numa ditadura, e quem acha que a gente está numa ditadura, ou não tem clareza do que foi a ditadura, como ela se implementou, e das barbaridades que ela fez, e vai fazer que nem na Guerra Civil Espanhola, que os comunistas, os socialistas, os anarquistas, ficaram se digladiando entre si, dando tiros nas costas, e os fascistas venceram. Esse erro não pode ser cometido.

Se nós, então no campo da Esquerda, começarmos a nos denunciar, é tudo que a Direita precisa, tudo que a Direita precisa, ela está com os seus organismos intactos, as propriedades, enfim. Então, eu acho que tem um absurdo teórico, que é o absurdo da Guerra Civil Espanhola, que propiciou a ascensão do Franco, e depois de Mussolini e do Hitler, que foram os socialistas, os comunistas e as pessoas de bem se digladiarem. Então, é muito interessante aquele poema que diz: Começaram a prender os comunistas e eu não me incomodei porque não era comunista, começaram a prender os judeus, começaram a prender os cristãos...

Então, essa divisão, essa barbárie, que se chama barbárie, chamar uma pessoa de fascista sem ter noção do que é o fascismo, a barbárie que foi Hitler, Mussolini. Então, nós estamos tentando no Brasil a duras penas, fazer a justiça de transição. O que que é justiça de transição? É memória, verdade e justiça. Onde surgiu a justiça de transição do ponto de vista teórico? No fim da II Guerra Mundial, quando a Europa estava arrasada, surgiu a possibilidade de fazer justiça de transição. Aqui, no Brasil, a justiça de transição apareceu 50 anos depois do golpe, e nós estamos tentando contar as nossas vítimas e unificar o nosso campo, e unificar o nosso campo. Isso não quer dizer que a Direita está derrotada, por quê? Porque à medida que a Comissão da Verdade é memória, verdade e justiça, ao longo desses 40 anos da resistência, nós só falamos da memória, nós não falamos da verdade. O que que é a verdade? É a cadeia de poder. Os torturadores, os assassinos, os estupradores, isso está tudo fechado nos arquivos militares. E o terceiro é justiça. Justiça só vai haver se a verdade aparecer.

Então, com muito custo as pessoas conseguiram guardar a memória. Dois mil e catorze tem que ser o ano da verdade, das cadeias de comando, para a gente chegar na justiça. E todo crime que não é punido, todo crime que não é conhecido, pode ser repetido. E é o que acontece no Brasil quando as forças de Direita se reorganizam propondo um novo assalto ao poder. E devido ao nosso grau de desmobilização, de desconhecimento da realidade, isso é muito propício, é um campo muito propício, a criminalização dos movimentos sociais, a judicialização da política. Os tribunais são tribunais classistas, classistas, eles têm uma direção clara. A justiça brasileira é evidentemente classista. O poder da mídia está intacto e cada vez maior, e eles é que decidem o futuro do país.

Então, se nós começarmos a nos atacar e se nós dissermos: você é fascista, você é comunista, você é reformista, você é trotskista, você é anarquista, cada um com o dedo apontado, o mesmo dedo da violação, o único lugar em que nós vamos parar é na cadeia, no exílio ou na morte. A delação é o método dos torturadores, dos fascistas. Aqueles da Esquerda que querem fazer o papel da delação, que o façam para a polícia, para a polícia. Não nos confundamos, não nos confundamos com os torturadores, eles estão impunes, totalmente protegidos. Viva a luta dos trabalhadores, dos trabalhadores rurais, viva a democracia!

**O SR. –** Bom, novamente agradecemos, agradecemos àqueles que compuseram a Mesa de hoje. Lembramos a todos que estão aqui para que participem das nossas próximas Mesas. Amanhã é o dia em que vamos discutir movimento estudantil com um ex-estudante daqui da FCT, e com a professora Maria Ribeiro do Vale, lá de Araraquara, que vem pesquisando isso. Então, boa noite a todos, e a gente se vê por aí.

\* \* \*